

para uma abordagem sócio-semiótica da literatura¹

Eric Landowski

Centre National de la Recherche Scientifique, Paris
Centro de Pesquisas Sócio-Semióticas, São Paulo, Brasil

ABSTRACT: On what basis are certain classes of texts recognized as “literary”? The problem is generally approached in terms of conflicting criteria opposing external (sociological) and internal (“formal”) approaches. The purpose of this article, on the contrary, is to build an analytical model allowing immanent textual parameters to combine with contextual factors (instead of excluding them) in the determination of the sense, the status and the value to be socially attached to a text. But for the sake of its coherence, such a view obviously requires a redefinition of the notions of context and situation. Their semiotic elaboration precisely constitutes the core of the present proposal.

KEY WORDS: Discourse - Immanence - Context - Situation - Genre - Literature - Sociosemiotics.

1. O Prazer em Questão

Na pesquisa, conforme a expressão de Saussure, o ponto de vista adotado pelo sujeito é que cria o objeto: assim é que os lingüistas “criaram” a *lingua*. Evidentemente, a realidade empírica comumente desig-

1. O presente artigo, traduzido do francês, é uma versão de um trabalho originalmente publicado em MILOT, L. (éd.), *La Littérarité*, Sainte-Foy, Presses de l'Université Laval, 1991, p. 95-119 (Atas do Colóquio Internacional organizado pelo Centre de Recherche en Littérature Québécoise, Université Laval, 1-3 de novembro de 1989).

nada com essa palavra preexistia à descoberta do ponto de vista específico, que, no fim do século passado, permitiu fundar a lingüística moderna. Mas a realidade conceptual, à qual, no discurso dos lingüistas, a mesma palavra a partir daquele momento deveria referir-se, por definição não podia preexistir à ruptura de perspectiva introduzida, precisamente, por Saussure. Em outras palavras, a “língua” - entendida sob a forma que constitui o objeto da lingüística - não pertence à ordem das coisas imediatamente dadas no mundo real: para dela tratar, foi necessário *inventá-la* num momento histórico preciso, aliás bastante recente.

De modo comparável, a literatura, enquanto realidade empírica, sem dúvida “desde sempre” existiu, independentemente de qualquer intervenção por parte dos vários tipos de especialistas que hoje tentam defini-la. Contentar-se com essa evidência é possível, e certamente legítimo. Não se precisa mais nada para aproveitar a leitura dos textos e provavelmente, inclusive, para escrevê-los. Entretanto, é possível também adotar um ponto de vista mais reflexivo e interrogar-se sobre o que condiciona esse tipo de prazer específico que se relaciona, às vezes, com a experiência “espontânea” da leitura dos grandes textos. Embora saibamos que o que Roland Barthes chamava o “*prazer do texto*” seja por necessidade “um prazer precário” - pois “*nada garante (escreve ele) que o mesmo texto nos agradará outra vez: é um prazer friável, que os humores, a rotina, as circunstâncias desfazem*” (BARTHES, 1973: 83)—, a noção de texto enquanto objeto de prazer pode servir-nos de ponto de partida.

Ao lado das abordagens que pretendem objetivar o funcionamento do discurso em si mesmo, ela abre um campo de reflexão complementar, não menos relevante, se se admite que o sentido e o valor dos objetos discursivos sempre resulta da necessária participação dos sujeitos na sua construção. Entretanto, a referência à dimensão “prazerosa” fica insuficiente, na medida em que abrange uma variedade quase ilimitada de tipos de experiências possíveis, de caráter obviamente heterogêneo. Assim, entre os numerosos textos dos quais “gostamos” somos capazes de distinguir os que nos satisfazem em razão de seu valor “literário”, e, por outro lado, os que, embora os valorizemos também, nos agradam por motivos diferentes, “extra-literários”, como se diz.

Entrariam nessa última categoria, por exemplo, as palavras de muitas canções populares que achamos agradáveis... somente, na realidade, porque as associamos com a própria música que acompanham, e às quais, de fato, provavelmente nem sequer prestaríamos atenção se as encontrássemos em algum outro contexto. O mesmo se dá também com o texto do jornal que diariamente lemos “com gosto”, na medida em que julgamos seus artigos “bem-feitos”, “interessantes” - no limite, inclusive, “bem-escritos” - sem, evidentemente, encontrar neles o que nos permitiria lê-los e relê-los enquanto “obras” Ou ainda com certas cartas que de vez em quando recebemos e cuja leitura nos encanta - na verdade, sobretudo porque elas foram escritas por certa pessoa amada. Sem dúvida, ninguém, nesses casos, diria que se trata de peças “literárias” Reservamos o qualificativo para outra classe de textos - mas, como definir essa classe?

Quais são os critérios que permitem delimitá-la? Que é que faz com que certas produções, e outras não, nos apareçam como pertencentes à “Literatura”? Ora, não se pode dar resposta a esse gênero de questões sem, de algum modo, construir ou reconstruir o próprio conceito de literatura, sem reinventar, num plano teórico, essa realidade tão evidente, ou seja, sem *criá-la* enquanto objeto de conhecimento (senão de ciência), do mesmo modo como, noutra tempo, ocorreu com a língua. As propostas existentes para isso são principalmente de dois tipos. Simplificando ao extremo, aos promotores dos princípios de explicação “externa”, de tipo sociológico - segundo os quais, para um texto qualquer ser (ou se tomar) literário, é necessário e suficiente que o *grupo social* o reconheça como tal - opõem-se os defensores dos critérios de reconhecimento de caráter “interno”, de inspiração lingüística e semiótica, de acordo com os quais são os próprios textos que têm *em si mesmos* o que permite identificá-los como literários ou não. Os simpatizantes da primeira opção recriminam nos segundos seu formalismo, enquanto estes últimos recusam, simetricamente, o reducionismo das abordagens sociológicas.

Assim, a questão do estatuto do texto literário toma-se hoje o palco de um debate teórico em que se afrontam algumas das grandes

linhas de pesquisa que concorrem no plano das ciências sociais em geral. Gostaríamos de deslocar um pouco o olhar em relação aos dados dessa confrontação. Para isto, enunciaremos uma única questão: considerando os modelos que resultam dos últimos desenvolvimentos da teoria semiótica de algumas correntes vizinhas de pesquisa (da pragmática à abordagem etnometodológica), não haveria lugar, ao lado das duas principais tendências que se defrontam, para uma terceira posição que, sem pretender resolver todos os problemas, permitiria ao menos formular as questões de uma maneira distinta e esboçar novas pistas de pesquisa? Nessa perspectiva, a hipótese que vamos defender pode assim se resumir: no entrecruzar das abordagens ditas “internas” e “externas” da literatura, uma certa renovação da problemática parece possível a partir de uma reflexão de tipo sócio-semiótico em tomo das noções de *contexto* e de *situação*.

Antes de precisar o teor dessa proposição, cabe explicitar a perspectiva epistemológica que ela pressupõe.

2. Perspectivas Epistemológicas

Diante dos poucos resultados dos esforços desenvolvidos desde o início dos anos 30 para produzir uma definição operatória da *literariedade*, muitos semioticistas terminaram - estejam os sociólogos à vontade para se alegrar! - por abandonar o projeto de uma semiótica da literatura, que se constituiria a partir dessa noção problemática² Todavia, eles não renunciaram ao projeto mais geral de uma teoria e, acessoriamente, de uma tipologia, do discurso³. Com efeito, como se contentar com uma abordagem puramente intuitiva, sem procurar superar o simples reconhecimento espontâneo dos diferentes tipos de discurso?

2. Cf., por exemplo, GREIMAS (1972: 5-24); ARRIVÉ (1973: 271-283) e TODOROV (1975: 352-364).

3. Cf. GREIMAS e COURTÉS (1979), verbetes “Literariedade” “Discurso”, “Tipologia”
Sobre os problemas da tipologia do discurso, GREIMAS e LANDOWSKI (1979).

Semioticista ou não, cada um dispõe, é claro, de um saber de ordem sociocultural suficiente para julgar se um determinado texto entra na esfera dita literária ou num registro diferente - por exemplo, religioso ou político, jurídico ou científico. Entretanto, é claro que aí se trata de pura delimitação empírica, cujos critérios ficam em geral implícitos e relativamente incertos. Compreende-se nessas condições que os partidários de uma abordagem rigorosa da literatura (e, também, de outros gêneros de discursos) se tenham dado a tarefa de formular um mínimo de princípios de reconhecimento, de caráter explícito, que permitiriam fixar teoricamente, e não sobre a base de simples constatações empíricas, as condições da classificação dos discursos-objetos nas suas respectivas ordens. Mais ambiciosamente, entretanto na mesma linha, pode-se inclusive almejar a construção de uma teoria que, subsumindo a diversidade dos critérios tradicionalmente associados à definição das diferentes classes de discursos tomadas uma a uma, permitiria interdefinir as propriedades respectivas de um número reduzido de grandes tipos discursivos, que formariam sistema, uns em relação aos outros.

Muitos semioticistas estão convictos de que tal empreendimento é, em princípio, possível, com a condição de alicerçá-lo na análise das propriedades estruturais *imcinentes* ao funcionamento dos conjuntos textuais hipoteticamente considerados como representativos de tipos de discursos homogêneos. No entanto, falar em “imanência” não é empregar uma noção simples e perfeitamente unívoca. Na realidade, podem-se distinguir com respeito a isso pelo menos duas concepções distintas. A primeira, muito restritiva, serviu de fundamento à construção da lingüística moderna, e, ainda hoje, continua inspirando a maioria das pesquisas semióticas *stricto sensu*. A segunda, mais extensiva - todavia, em nossa visão, não-contraditória -, parece-nos necessária, tendo em vista o projeto de elaboração de uma sóc/o-semiótica.

A respeito da primeira concepção, não ensinamos nada a ninguém, lembrando que é na obra de Saussure, e um pouco mais tarde na de Hjelmslev, que se encontrou pela primeira vez a afirmação de que, para dar conta da organização e do funcionamento da língua, o único procedimento pertinente consistia em levar em consideração as relações

entre as unidades mesmas que a compõem. Dessa opção metodológica, geralmente só se quer ver o que ela excluía, de tal modo que, a partir de Saussure, os “estruturalistas” no seu conjunto, não cessaram de ser acusados de se esquecer do “*real*” do “*social*”, da “*história*” etc., supostamente ignorando tudo aquilo que ultrapassa a lógica do próprio sistema da língua, quer se trate do mundo referencial (em relação ao dos signos codificados), do contexto (em relação ao universo fechado do texto), ou ainda das situações de enunciação (em relação à gramática interna dos discursos).

Entretanto, se a lingüística estrutural começou,⁴ como se diz, por colocar a história, o referente, e muitas outras coisas da mesma ordem, fora de seu campo de pertinência, obviamente não foi porque os parâmetros históricos ou contextuais do discurso eram então considerados desprovidos de interesse.⁵ Era necessário, mais modestamente, *escolher*, tendo em vista que nenhuma apreensão do real jamais poderia ser total. No caso, as exclusões operadas num momento inicial e a título provisório encontraram sua razão de ser e sua justificativa no fato simples - mas decisivo - de elas terem permitido a definição desse objeto de conhecimento científico novo: a *língua*, precisamente.

Mas, e a semiótica? Embora ela tenha nascido a partir da lingüística (tendo a antropologia constituído um ponto de partida complementar), seu objeto específico e próprio é outro: é a significação, ou seja, um objeto (também a construir) que ultrapassa os limites da língua. Com efeito, a semiótica propõe-se desenvolver uma teoria dos sistemas e dos processos de significação em geral, ou seja, uma teoria da *linguagem*, e não somente da “língua”. As línguas naturais e seus produtos, os discurs-

4. Ulteriormente, ¹¹⁰ período de fundação da própria semiótica (discursiva), quer dizer nos anos 60, o mesmo tipo de estratégia de pesquisa, que consiste na hierarquização dos problemas, conduziu, de modo comparável, a deliberadamente pospor o exame de várias dimensões do objeto da nova disciplina, em particular a dimensão enunciativa dos discursos. Ver, a respeito disso, GREIMAS (1966: 153); e os comentários de FIORIN (1995: 17-42, especialmente p. 34).

5. Cf. LANDOWSKI (1989 e 1993).

tos verbais, têm aí a sua parte, mas não a título exclusivo, pois, além dos discursos (no sentido estrito), o mundo natural e o ambiente social, que circundam os sujeitos, também “significam” Quando, por exemplo, escutamos os homens políticos, sabemos que sempre eles nos falam a partir de uma contextualização determinada e, mais precisamente, no âmbito de certas instituições que lhes garantem (mais ou menos) o direito à fala; ora, essas instituições não existem como *coisas* puras e simples: se elas “agem”, se, em particular, dão um certo poder (uma legitimidade ou um mínimo de credibilidade) àqueles que se apoiam nelas, é porque elas também - tanto quanto as palavras que compõem os discursos formalmente enunciados - têm o estatuto de signos de uma linguagem, isto é, de objetos semióticos.⁶

Os semioticistas, e *a fortiori* os sócio-semiotistas, não têm por conseguinte nenhuma razão de princípio para ignorar o contexto dos discursos que analisam, mesmo que disso sejam acusados. Longe de se esquecer das referências contextuais ou de se livrar delas lançando-as nas zonas indeterminadas do “extralingüístico” (ou do “extra-semiótico”) - o que, em suma, seria simplesmente pecar por omissão -, na realidade, eles pretendem *positivamente* (pecado talvez mais grave diante de certa tradição lingüística) integrá-las na própria análise do discurso, e, para isso, primeiramente, *semiotizá-las*. Na perspectiva semiótica, com efeito, tanto o contexto, quanto o texto propriamente dito, compõem juntos uma única *realidade significante* que os engloba e na qual eles interagem.

Não significa isso que se deixe de lado o princípio de imanência, ou que se negue seu valor heurístico. O que ocorre é que ele muda então de nível de aplicação. A partir do momento em que o (sócio-)semiotista decide não mais encerrar as suas descrições na clausura dos enunciados

6. Mais tecnicamente, considerar-se-á nesse caso que o contexto institucional cumpre certos “papéis actanciais” analisáveis em termos de “competências modais” Cf. GREIMAS e COURTÉS (1979), verbetes “Actante”, “Competência” “Modalidades”; GREIMAS e COURTÉS (1986), verbetes “Réel”, “Situation”

lingüísticos mas procura captar o conjunto dos dispositivos semióticos - textuais e contextuais - necessários para a apreensão da significação de seu objeto, encontra inevitavelmente, no seu percurso analítico, certos elementos portadores de sentido que pertencem ao mesmo tempo a outras disciplinas e, em primeiro lugar, àquelas do social, do político e da história. É claro que, nesse caso, para assegurar sua própria coerência, a análise supõe que se consiga redefinir esses elementos “contextuais” do ponto de vista da sua *pertinência semiótica*.

Os modelos actanciais e modais fornecidos pela gramática narrativa têm justamente o interesse de tomar teoricamente alcançável esse objetivo.

3. Duas Semióticas para uma Literatura?

Do que precede resulta que, no que diz respeito especificamente à literatura, ao menos duas formas de abordagem semiótica, distintas e complementares entre si, são concebíveis.

A mais conhecida, aquela em que se concentram as críticas dos sociólogos, e que já tem relativamente uma longa história, desenvolveu-se a partir de uma primeira opção possível quanto à aplicação dos postulados e dos princípios estruturais de base. Tomando o texto, e somente o texto como objeto de análise, trata-se de explicitar nele os princípios de organização discursiva *stricto sensu*, as propriedades imanentes que conferem aos objetos ditos literários ao mesmo tempo sua significação e seu valor estético específico.⁷ A segunda opção - a que buscamos aqui justificar -, ao contrário, diferencia-se da semiótica literária propriamente dita. Ela procede de um questionamento mais geral sobre as condições de ordem sócio-semiótica que comandam a emergência e o reconhecimento social das classes de discursos. A mudança de problemática é de duas ordens.

7. Cf. GENINASCA (1984) e *Essais de Sémiotique Discursive*, Paris, P.U.F., no prelo; GREIMAS (1976).

O objetivo, em primeiro lugar, é diferente. Não se trata mais de estabelecer uma tipologia dos discursos alicerçada unicamente na explicitação e na modelização das regularidades inerentes aos textos-objeto considerados em si mesmos. Antes disso, propõe-se a dar conta da lógica que rege as *operações de categorização social* dos discursos. Em vez de tentar estabelecer um sistema geral de critérios tipológicos que permitiria uma classificação “objetiva” dos textos, interessa-se pelo funcionamento empiricamente observável dos processos de diferenciação pelos quais os textos se classificam por si mesmos, sob o controle dos atores sociais que os manipulam.

Desse modo, tendemos de fato para o lado dessas demarcações empíricas entre gêneros, com as quais, porém, como foi indicado pouco acima, uma teoria semiótica não pode contentar-se. No entanto, mesmo se a perspectiva sócio-semiótica conduz a considerar as taxinomias empíricas que ocorrem “espontaneamente” num dado espaço sociocultural, não é para aceitá-las tal qual, como se elas delimitassem unidades discursivas estáveis e teoricamente fundadas. Ao contrário, é com o objetivo de analisá-las, de explicitar sua organização e seu modo de funcionamento, isto é, suas regularidades e também - ou sobretudo - suas eventuais transformações.

Efetivamente, parece que os discursos, inclusive os discursos literários, não são objetos definitivamente estabilizados. Qualquer que seja a consciência de suas propriedades intrínsecas, a maneira pela qual esses discursos são socialmente (e, *a fortiori*, historicamente) recebidos, valorizados e, em definitivo, categorizados depende sempre, em parte, de outra coisa que não eles mesmos. Não é necessário ser pragmaticista para descobri-lo, nem mesmo sociólogo ou historiador para admiti-lo. Mas é a seguir que os verdadeiros problemas aparecem, pois não adiantaria muito se contentar em dizer que o estatuto atribuído a um texto determinado, o seu sentido e o valor estético que lhe é ligado dependem simplesmente de suas “condições de recepção”. Isso não passa de um desses truismos que, por si sós, nada explicam, do

mesmo modo que jamais tampouco a invocação ritual das “condições de produção” bastou para dar conta do conteúdo de qualquer discurso que seja. É imprescindível, por conseguinte, mobilizar conceitos teóricos e instrumentos metodológicos mais penetrantes, que permitam identificar e analisar os mecanismos semióticos precisos que entram nos processos sociais de categorização desses objetos de valor que são os textos e, mais genericamente, que interferem nos seus modos de produção, de troca e de consumo.

Localiza-se aí o segundo ponto de separação em relação à semiótica clássica. À análise dos textos propriamente ditos, propomos sobrepor a de seu enquadramento situacional, concebido como o equivalente de um *macrotexto* englobante. Talvez possa parecer que apenas substituímos uma palavra por outra, o “*contexto*” (terminologia tradicional) por uma expressão mais obscura. Todavia, não há nada gratuito na proposição de considerar as próprias *situações* de produção e de consumo dos textos como constituindo por sua vez, evidentemente num outro nível, também uma espécie de “*texto*”• mostremos, pois, como esse ponto de vista se inscreve e se justifica no quadro da teoria geral da significação.

Para nós, seres semióticos por natureza, quer se trate de nossos próprios comportamentos ou daqueles dos demais sujeitos, de suas produções verbais (ou outras), ou até da simples presença das coisas ao redor de nós, tudo o que nos é acessível tem, ou ao menos pode adquirir, um *sentido*. Esse sentido, sem dúvida, sempre se constrói a partir de certas propriedades estruturalmente constitutivas das realidades específicas (quer dizer, dos discursos, das práticas ou dos objetos) que interpretamos. São essas propriedades que fazem com que o mundo real, como se diz, nos fale. Disso não resulta, porém, que o sentido o qual pretendemos reconhecer nessas realidades tenha o que quer que seja de unívoco e de absoluto. Para isso, seria necessário que o sentido fosse uma propriedade substancial dos elementos interpretados, mais ou menos do mesmo modo que um objeto

“tem”, e deixa ver, sua cor ou seu tamanho! Em semelhante caso, poder-se-ia imaginar a possibilidade de mensurar o sentido, de estabelecer as leis da sua aparição e, no limite, tornar-se-ia possível produzi-lo à vontade, com perfeita exatidão.

Mas na realidade, mais do que “o” sentido, são somente *efeitos* de sentido, com um caráter fundamentalmente relativo, que apreendemos, ou melhor, que construímos, não diretamente a partir do mundo real enquanto tal, mas em função de certos dispositivos selecionados nele, que focalizam nossa atenção enquanto configurações potencialmente carregadas de significação. Assim, longe de os objetivos terem sentido em si mesmos e manifestá-lo, revelando-nos aquilo que são, somos nós que os *fazemos significar*. Ademais, para isso, exploramos somente algumas de suas propriedades formais: primeiro, obviamente, apenas as que podemos efetivamente perceber, e, sobretudo, as que somos capazes de pôr em estado de “significar” segundo o ponto de vista e o tipo de situação que comanda nossa maneira específica de olhar o mundo (incluindo nele o “mundo” textual).

No plano prático, esse princípio de relatividade generalizada da significação traduz-se corriqueiramente, no espaço e no tempo, sob a forma de processos de categorização e de recategorização dos objetos que são bem conhecidos de todos os historiadores da cultura. Sabe-se que basta tirar qualquer objeto de seu contexto - por exemplo, uma moeda, uma máscara, uma armadura ou o mais modesto utensílio doméstico - e colocá-lo na vitrina de um museu para que ele mude de estatuto, perca seu sentido original e, com um pouco de sorte, transforme-se aos olhos do público em “objeto de arte”. O mesmo se dá com os textos. A *Divina Comédia*, obra mística para os contemporâneos de Dante, ou *O Príncipe*, de Maquiavel, manifesto em seu próprio tempo sem outra pretensão que não política, parecem-nos hoje puros monumentos da “literatura”. De fato, seu sentido *tornou-se outro*, em função do macrotexto que ordena a cada momento uma certa maneira de ler as obras, ou simplesmente de falar delas.

Assim, é nosso próprio regime de apreensão das coisas, ele mesmo definível mais globalmente em termos de “situações”, que condiciona a emergência dos efeitos de sentido específicos que esse ou aquele objeto, ou tal texto particular pode levar-nos a construir.

4. Texto, Contexto, Situação

Nessa perspectiva, não se pode aceitar a idéia de uma separação entre o texto, de um lado, e seu contexto, de outro, como se se tratasse de duas realidades exteriores uma à outra e heterogêneas por natureza. Ao contrário, em ambos é a mesma realidade semiótica que se apresenta, em dois níveis de manifestação indissociavelmente articulados entre si. O contexto, portanto, uma vez “semiotizado” (e, nessa ocasião, rebatizado com o nome de “situação”), define-se como um dispositivo gerador de significação. Seu funcionamento faz intervir dispositivos modais e actanciais de tipo comparável aos que constituem o núcleo de gramática narrativa e discursiva e que se aplicam à análise dos textos propriamente ditos.

Entretanto, é claro que por vários aspectos o macrotexto difere do “texto”. Este último, em geral, é identificável de imediato como compondo um todo relativamente autônomo mesmo quando (uma vez reconhecido enquanto unidade) ele aparece como “englobado” num quadro “contextual” mais vasto. Isso sobretudo quando se trata de obras “literárias” organizadas precisamente de modo a dar o sentimento de sua própria plenitude e de sua auto-suficiência enquanto conjuntos orgânicos de formas. Ao contrário, o macrotexto, totalidade englobante, apresenta-se *a priori* como um espaço aberto, sem fronteiras definidas, e do qual não se pode dizer de antemão exatamente nem onde ele começa, nem, ainda menos, onde termina. Para dele falar, deve-se, portanto, em primeiro lugar, *construí-lo*. Essa operação, que já faz parte do trabalho de análise, consiste em extrair do contexto - no sentido usual do termo, como espaço não-delimitado e não-estruturado - os elementos constitutivos do que chamamos uma *situação*. Trata-se, em outras palavras, de transformar aquilo que, a princípio, é tão-somente uma espécie de conjunto solto em um entrelaçamento, principalmente em termos

actanciais, de *relações definidas*, cujo modo de articulação interna permita afirmar que constitui efetivamente uma *totalidade sintático-semântica*, uma rede organizada em estrutura significante e, por isso, comparável a um objeto textual.

A que instrumentos recorrer para dar conta da organização semiótica dessas *configurações macrotextuais* englobantes, quer dizer, dessas “situações” no interior das quais postulamos que os textos circulam e assumem sentido? A questão envolve ainda outra linha de pesquisa semiótica, de ordem socioantropológica, onde se coloca a questão do modo de existência dos objetos significantes, quer eles pertençam ao “mundo natural”, quer se apresentem como artefatos dependendo de tal universo cultural, ou de tal contexto social particular. A idéia diretiva é que “o literário”, do mesmo modo que “o político”, “o jurídico” ou outros conjuntos macrotextuais de estatuto comparável, que recobrem ao mesmo tempo classes determinadas de textos enunciados e regimes específicos de enunciação, existem uns e outros unicamente como construções sociais - construções tanto mais complexas quanto mais façam intervir conjuntamente, no plano de suas manifestações figurativas de superfície, as classes mais diversificadas de objetos, de sujeitos e de processos. Assim, encontramos no interior de cada um desses conjuntos, além dos próprios *objetos-textos*, com as suas marcas de identificação convencional (um “romance”, uma “moção” política, um “julgamento” forense), todas as espécies de *atores antropomórficos* e especialmente de instituições (a “crítica”, a “oposição” o “tribunal”), uns e outros implicados em *práticas enunciativas* diversamente regradas - da prática legislativa ou regulamentar por exemplo, para o que é do domínio do direito, à prática do ensino literário ou aos ritos de atribuição dos prêmios, ou ainda àqueles do comparecimento às telas televisivas, passando, bem-entendido, pelo trabalho de escritura propriamente dito, no que se refere às “letras”

Cada um desses elementos oferece em si mesmo uma consistência suficiente para justificar, até um certo ponto, uma divisão das tarefas entre disciplinas distintas e justapostas: *grosso modo*, à sociologia, o estudo das práticas e estratégias (políticas, jurídicas, científicas, artísti-

cas, literárias, religiosas, e assim por adiante); à *história*, a descrição dos sistemas institucionais e de suas mutações; e às ciências da *linguagem*, a análise dos próprios textos-objeto, enfocados mais ou menos isoladamente das variáveis precedentes. Entretanto, se as disciplinas, ansiosas de sua independência enquanto instituições acadêmicas, encontram provavelmente a seu modo essa espécie de recorte, em compensação, a prática da pesquisa dificilmente pode nela acomodar-se, desde que se admita que nenhum texto, nem literário, nem de nenhuma outra espécie, jamais faz sentido independentemente do tipo de troca intersubjetiva e, portanto, da natureza das práticas das quais ele constitui o objeto. O interesse da abordagem semiótica é então o de oferecer um aparelho conceptual para enxergar de um ponto de vista homogêneo ao mesmo tempo as configurações de ordem textual, os dispositivos institucionais que as enquadram e as regularidades (ou as rupturas) no plano das práticas de difusão e de consumo que resultam na categorização dos discursos em circulação.

Em termos mais técnicos, as distinções hierárquicas entre níveis, assim como as diferenciações sintáticas entre posições actanciais, que a teoria semiótica do discurso propõe, abrem o caminho para um inter-relacionar sistemático dos vários elementos textuais e macrotextuais que, aliás, só existem (semioticamente) em função de suas articulações recíprocas. Do mesmo modo que, por exemplo, o espaço da “dissuasão nuclear” com suas zonas geográficas móveis e negociáveis, com as movimentações de “forças” que se efetuam entre as instâncias políticas que aí trocam “signos” no quadro de sistemas de relacionamento parcialmente institucionalizados (acordos de vigilância, tratados e alianças),⁸ do mesmo modo também que o espaço dos ritos de interação cotidiana estudados em etnometodologia, o espaço em que se constroem as “situações literárias” não é diretamente perceptível enquanto tal. Ele representa simultaneamente a base e o produto de um certo tipo de confrontação e de negociação entre instâncias individuais ou coletivas de estatutos

8. Cf. FAB BRI e LANDOWSKI (eds.) (1983); LANDOWSKI (1989).

actanciais diversificados, que, ao mesmo tempo em que observam, também determinam as regras de seu jogo interativo.

Trabalhar nesses parâmetros, tendo em vista entender o tipo de situação que pressupõe determinada leitura de um dado texto, consiste, então, em reconstruir um conjunto de regularidades estruturais e processuais, entre as quais cabe prever em primeiro lugar as que regem as qualificações e as funções dos parceiros em presença e as que determinam as formas legítimas de intervenção no universo de significação considerado. Atuando juntas, são essas regularidades que fixam os regimes de escritura e de leitura considerados aceitáveis num espaço sociocultural dado e que desse modo condicionam até as modalidades da renegociação, sempre possível, do estatuto e do valor dos textos.

Apesar de insistir sobre a oportunidade de empreender a construção de uma tal sócio-semiótica das situações, sabemos bem que aí está a parte mais delicada e, empiricamente, a menos avançada da problemática geral que propomos.⁹ Além disso, não pretendemos, evidentemente, que a natureza (nem a intensidade) do “prazer” eventualmente experimentado no contato com um texto dado seja, propriamente falando, *determinada* por parâmetros de nível macrotextual. É, porém, dentro do quadro geral constituído nesse nível que se deve colocar a intervenção dos outros fatores a considerar, desde os mais “objetivos” de caráter imãente ao texto, até os mais “subjetivos” e aleatórios - os que Barthes, em particular, nos convidava a não esquecer tampouco.

Contudo, a presente orientação não exclui uma outra, de envergadura mais modesta e, por essa razão, já mais solidamente articulada. Trata-se desta vez do que se poderia chamar a sêmio-pragmática das situações de produção e de apreensão do sentido, compreendida como o reconhecimento dos *regimes de interlocução* construídos pelos próprios textos-ocorrências. As duas problemáticas, a do nível macrotextual e

9. Em contrapartida é sem dúvida aí que se situa o verdadeiro debate teórico entre semiótica e sociologia ou história. Cf. GREIMAS (1976).

a da microanálise discursiva, à qual agora chegamos, em princípio não se opõem. A nosso ver, elas deveriam, ao contrário, complementar-se no plano metodológico, do mesmo modo que, no plano das práticas concretas da escrita e da leitura, os dois níveis correspondentes interatuam. Com efeito, mesmo quando uma distribuição quase institucionalizada de classes de discursos enquadra e, portanto, como qualquer uso sistematizado, restringe a extensão das práticas discursivas possíveis, a existência mesma dessas formas de regulação (e sua evolução) depende das práticas discursivas efetivas, ou seja, do poder transformador potencialmente presente em cada ato particular de enunciação.

5. O Poder do Texto

Como avaliar o “poder” próprio aos textos? De um lado, eles aparecem como objetos significantes largamente autônomos, capazes de reivindicar por si mesmos, mediante suas configurações estruturais, sua pertença virtual a este ou aquele gênero já consagrado pela tradição. Muito mais, em certos casos, por meio da invenção de formas discursivas até então inéditas, ou da exploração de novos tipos de práxis enunciativas, eles estão inclusive em condição de impor uma redistribuição das classes de discursos existentes. Bastaria, às vezes, a criação de uma metáfora nova para revolucionar todo o campo literário de uma época. Mas, ao mesmo tempo, uma vez que é somente no âmbito de situações determinadas que o estatuto, a significação e o valor singular de um texto (inclusive literário) se atualizam, e que essas situações incorporam modelos de interpretação preestabelecidos, qualquer texto partilha a mesma condição de dependência relativa que todos os outros tipos de objetos de valor: a própria “situação” sobre a qual ele atua condiciona a emergência dos seus efeitos de sentido. Assim, como toda instância de poder, um texto depende dos próprios elementos que ele transforma.

A razão de ser dessa relação de interdependência decorre do fato de que a troca dos valores nunca tem a neutralidade de uma simples transferência de informações entre dois postos - emissor e receptor - concebidos como puramente funcionais e, portanto, transparentes. Ao

contrário, toda comunicação tem por efeito, senão por objetivo, mediar o estabelecimento ou a redefinição de certos relacionamentos entre sujeitos que, no final das contas, somente comunicam entre si a fim de interagir mutuamente, ou seja, de transformar suas competências ou seus estados respectivos. Nesse sentido, uma semiótica dos objetos, e em particular dos textos, não pode de modo algum ser construída separadamente de uma problemática da persuasão, da manipulação e das paixões, ou seja, de uma semiótica dos *sujeitos* que investem sentido nos ditos objetos, quer enquanto seus produtores (os “autores”), seus consumidores (os “leitores”), ou mesmo enquanto “intermediários” (classe na qual, no que concerne à vida dos valores de ordem literária, dever-se-iam incluir, entre outros, as corporações diversamente poderosas dos editores, dos críticos, dos professores, dos livreiros etc.).

Tentando assim articular no interior de um único modelo vários tipos de fatores comumente tidos como inconciliáveis - não somente as propriedades estruturais imanentes aos textos-objeto, mas também os processos intersubjetivos envolvidos na formação, na circulação e na interpretação dos discursos, e ainda as configurações quase institucionalmente fixadas que enquadram esses processos, separamos tanto daqueles que tendem a hipostasiar a obra literária, proclamando sua autonomia radical, quanto daqueles que se recusam a aí ver mais do que uma simples codificação de relações sociais, ou mesmo (no caso de radicalismo crítico) de relações de dominação política preexistentes.¹⁰ Mas isso implica em contrapartida considerar que, na perspectiva sócio-semiótica, os textos literários não dependem de nenhum regime de funcionamento privilegiado que os colocaria à margem dos outros discursos sociais e justificaria um modo de tratamento, por princípio, distinto no plano metodológico. Ao contrário, todos os monumentos, maiores ou menores, da literatura, a despeito das marcas de especificidade que, por tradição, somos tentados *a priori* reconhecer-lhes, constituem objetos

10. Cf. KRESS (1988: 9): "Genres are (...) codings of relations of power, and as such make particular positions of power available to participants in the genre" Cf. também BOURDIEU (1985).

sócio-semióticos a serem apreendidos *em situação*, como qualquer outro discurso dirigido ao público. Em outros termos, postulamos que seus efeitos de sentido, e principalmente os que a noção de “literariedade” hipoteticamente recobre, serão tão mais bem-analisados quanto mais pudermos dar conta dos fatores definidores de seu contexto semiótico, quer dizer, das diversas dimensões em jogo na definição da situação na qual e com a qual eles operam, numa relação de interdependência recíproca.

Uma vez que o *corpus* das obras ditas literárias está assim reintegrado no regime geral dos discursos sociais, cabe definir os procedimentos analíticos que lhe serão aplicáveis. Para seguir esse caminho segundo a perspectiva de uma sêmió-pragmática das situações, existe uma série de instrumentos e procedimentos que permitem dar conta da maneira pela qual os discursos enunciados tendem a construir, *do interior*, seu próprio contexto interlocutivo. Mesmo que tal formulação possa parecer paradoxal, ela traduz um dos aspectos mais característicos das estratégias de persuasão observáveis em quase todos os discursos sociais que até hoje foram analisados em termos semióticos. Para quem trabalha, por exemplo, com imagens e textos publicitários, é uma coisa familiar encontrar-se na presença de dispositivos discursivos - portanto, puramente internos aos discursos enunciados - que, ao simular as condições reais da recepção da mensagem, atribuem aos seus destinatários potenciais certas posições actanciais que, uma vez reconhecidas, não podem deixar de condicionar, de modo relativamente constrangedor, as modalidades do ato de leitura.¹¹

Numerosos são os estudos que puseram tal fenômeno em evidência nos mais variados domínios, atestando assim seu alcance geral. Ao lado da publicidade, o discurso político representa um terreno privilegiado de observação desse ponto de vista.¹² Mas, muito mais abrangentemente, é por meio da exploração dos mesmos tipos de mecanismos, onde se combinam os dispositivos sintáticos e semânticos de

11. Cf. J-LÖCH (1986).

12. Cf. LANDOWSKI (1989).

encenação dos actantes da enunciação e o jogo com as figuras objetivadas no enunciado, que manifestações discursivas tão diferentes entre si como uma demonstração científica, uma pintura barroca, uma parábola ou ainda tal fotografia de arte ou tal seqüência cinematográfica - só para citar alguns exemplos têm umas e outras como efeito a colocação dos receptores reais numa posição de adesão potencial em relação a determinado modo de interpretação daquilo que o discurso enuncia.¹³

Obviamente, é de prever que o reconhecimento dos efeitos de sentido que fazem com que um texto tenda a se impor especificamente como “literário” suporá a instauração de regimes de interlocução parcialmente diferentes daqueles que solicita a “boa” recepção (em termos de estratégia de persuasão) de um anúncio publicitário, de uma alocação política ou de uma argumentação com propósito científico. Tudo indica, porém, que aí também, qualquer que seja o gênero literário específico que se tenha em vista, a produção dos simulacros enunciativos e a manipulação interna dos pontos de vista que organizam a distribuição das competências cognitivas entre actantes têm um papel decisivo. É por intermédio disso que um texto programa as condições de sua leitura e, por antecipação, assume posição sobre a definição de seu estatuto.

A partir dessas indicações, gerais, mas que os instrumentos teóricos e metodológicos disponíveis no quadro da gramática narrativa e discursiva deveriam permitir traduzir sob a forma de descrições pontuais precisas, pode-se ao menos ver, esperamos, em que a problemática proposta se distingue tanto das abordagens puramente imanentes do texto literário quanto de um tratamento estritamente sociológico da literatura. Do modo como foi aqui enfocada, a “literariedade” das obras define-se como um efeito de sentido a (re-)construir ao mesmo tempo do “interior”

13. Cf. BASTIDE (1981); THÜRLEMANN (1989); DELORME (éd.) (1987); FLOCH (1986); BLANCO (1987); FONTANILLE (1991). Sobre a aplicação dessas hipóteses a diversas classes de textos literários, cf., por exemplo, CALAME (1986); COSTA (1984); FONTANILLE (1987); THUT (1989).

em relação com o que representa, se se quer, o “exterior” do texto - entretanto, um exterior que é consubstancial a sua própria natureza, dado que, afinal de contas, trata-se somente de um outro nível de manifestação da mesma realidade semiótica. O *prazer do texto* não tem com isso nada a perder. Sua inteligibilidade talvez possa ganhar alguma coisa.

Tradução de Ana Claudia de Oliveira

Bibliografia

- ARRIVÉ, M. (1973). La sémiotique littéraire. In: POTTIER, B. (ed.). *Le Langage*. Paris, Centre d'Etude et de Promotion de la Lecture.
- BARTHES, R. (1973). *Le plaisir du texte*. Paris, Seuil.
- BASTIDE, Fr. (1981). La démonstration. *Actes Sémiotiques - Documents*, III, 28.
- BLANCO, D. (1987). Figures de renonciation cinématographique. *Actes Sémiotiques - Documents*, IX, 90. (Trad. esp. in G. Hernández Aguilar. *Figuras y estrategias*. México, Siglo Veintiuno, 1993).
- BOURDIEU, P. (1985). *Ce que parler veut dire*. Paris, Fayard.
- CALAME, Cl. (1982). Énonciation: vérité ou convention littéraire? *Actes Sémiotiques - Documents*, IV, 34. (Reed, in *Le Récit en Grèce Ancienne. Énonciations et Représentations de Poètes*. Paris, 1986).
- COSTA, D. T. M. de. (1984). Énoncé et énonciation chez Octavio Paz. *Actes Sémiotiques - Documents*, VI, 52.
- DELORME, J. (1987). *Parole, figure et parabole*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- FABBRI, P e LANDOWSKI, E. (eds). (1983). Explorations stratégiques. *Actes Sémiotiques - Bulletin*, VI, 25.
- FIORIN, J. L. (1995). O discurso fundador. In: OLIVEIRA, A. C. e LANDOWSKI, E. (eds.). *Do inteligível ao sensível*. São Paulo, Educ.
- FLOCH, J.-M. (1986). Robert Doisneau, Fox Terrier sur les Ponts des Arts. In: *Les formes de l'empreinte*. Périgucux, Fanlac.
- _____ (1986). *Petites mythologies de l'oeil et de l'esprit*. Paris, Hadès, cap. VI.

- FONTANILLE, J. (1987). *Le pavoir partagé. Sémiotique et théorie de la connaissance chez Marcel Proust*. Paris/Amsterdam, Hatje-Benjamins.
- (1991). *Les espaces subjectifs*. Paris, Hachette, 3^a parte.
- GENINASCA, J. (1984). Le regard esthétique. *Actes Sémiotiques Documents*, VI. 58.
- GREIMAS, A. J. (1966). *Sémantique structurale*. Paris, Larousse. (Trad. bras. *Semântica estrutural*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1973. p. 200-201).
- (1972). Pour une théorie du discours poétique. In: GREIMAS, A. J. (éd.). *Essais de sémiotique poétique*. Paris, Larousse.
- (1976). *Maupassant. La sémiotique du texte*. Paris, Seuil. (Trad. bras. *Mau passant. A semiótica do texto*. Florianópolis, UFSC, 1993).
- _____. (1976). Sur l'histoire événementielle et l'histoire fondamentale. *Sémiotique et sciences sociales*. Paris, Seuil. (Trad. bras. *Semiótica e ciências sociais*. São Paulo, Cultrix, 1982).
- GREIMAS, A. J. e COURTÈS, J. (1979). *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, v. I. (Trad. bras. *Dicionário de semiótica*. São Paulo, Cultrix, 1983).
- _____. (1986). *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, v. II.
- GREIMAS, A. J. e LANDOWSKI, E. (1979). Les parcours du savoir. In: *Introduction à l'analyse du discours en sciences sociales*. Paris, Hachette. (Trad. bras. *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo, Global, 1986).
- KRESS, G. (1988). *The social production of language: history and structures of domination*. Sydney, University of Technology.
- LANDOWSKI, E. (1989). *La société réfléchie*. Paris, Seuil, cap. XI. (Trad. bras. *A sociedade refletida*. São Paulo/ Campinas, Educ/ Pontes, 1992).
- _____. (1989). Du référent, perdu et retrouvé. *Revue Internationale de Sémiotique Juridique*, II, 6. (Trad. bras. Do referente, perdido e reencontrado. *Cruzeiro Semiótico*, 1995, 16, p. 9-16).
- _____. (1993). Du langage en contexte au discours en situation. In: DECROSSE, A. (éd.). *L' esprit de société*. Bruxelles, Mardaga.

- TODOROV, T (1975). La notion de littérature. In: RUWET et al. (eds). *Langue, discours, société*. Paris, Seuil.
- THÜRLEMANN, F (1989). Fictionality in Mantegna's San Remo Altarpiece. *New Literary History*, 20.3.
- THUT, M. (1989). *Le simulacre de l'énonciation. Stratégies persuasives dans "Les Chants de Maldoror" de Lautréamont*. Bern, Peter Lang.